

## EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E AUTONOMIA: UMA FORMAÇÃO DO FUTURO PARA A CIDADANIA AUTÔNOMA E RESPONSÁVEL.

**Henrique RAUCH<sup>1</sup>**

Faculdade Anhanguera de Caxias do Sul

### RESUMO

A Educação a Distância, modalidade de ensino em que o educando participa efetivamente do processo de aprendizagem é a representação do futuro da educação, onde – além de possibilitar o conhecimento técnico científico – é capaz de incitar a formação para a cidadania efetiva, tendo como um dos marcos principais da metodologia o incentivo para o crescimento autônomo do educando. Neste viés, o presente trabalho reflete – sob o método do estudo bibliográfico – sobre as circunstâncias contidas na EaD para a formação cidadã responsável, tendo por objetivos a análise da bibliografia. Procurou-se definir o que seja uma formação cidadã e responsável socialmente, tendo como principal conclusão que a EaD se desenha como uma modalidade de ensino do futuro que tem em suas bases pedagógicas a formação de pessoas responsáveis e autônomas socialmente.

**Palavras-chave:** Educação a Distância; cidadania; responsabilidade social; autonomia.

### Introdução

O ensino, como qualquer forma de aprendizado, vem acompanhando o homem desde os primórdios de sua existência. Não diferente das grandes descobertas científicas realizadas pelo ser humano, as tecnologias informatizadas tem sido utilizadas pelas gerações contemporâneas para interagirem socialmente. Há, até mesmo, uma tentativa exagerada de afastamento físico entre as pessoas e um árduo processo de aproximação virtual. Sabe-se de casos em que até mesmo os integrantes de uma mesma família quase não utilizam a verbalização para sua comunicação. Em troca, fazem uso de tecnologias como o *Microsoft Messenger* ou sistemas de bate-papo virtual. As redes sociais são a febre cotidiana. Os computadores, que antigamente representavam salas inteiras de servidores e processadores,

---

<sup>1</sup> Licenciado em História (UCS); Pós Graduado em Filosofia (UCS), Gestão e Metodologias do Ensino a Distância (Anhanguera), Finanças Corporativas e Valor das Organizações (UNISINOS); Mestre em Letras e Cultura Regional (UCS); professor universitário dos Cursos de Pós Graduação e Graduação em Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Anhanguera de Caxias do Sul RS. Email: henrique.rauch@aedu.com

agora cabem na palma da mão das pessoas e as conectam ao mundo inteiro pelos recursos *Android* e até outros. A educação, evoluindo com o homem, deve estar preocupada em utilizar o que se tem de mais moderno em tecnologia para estar presente nas situações cotidianas e facilitar o aprendizado, a experiência e aproximar possibilidades que, há pouco tempo, somente eram possíveis se percorrendo grandes distâncias.

Alvez (2011) escreve que a distância, agora, não representa um obstáculo. As redes sociais aproximam todos, aproximam sonhos, esperanças, conhecimento, sabedoria, oportunidade. Utilizar as redes sociais para a Educação a Distância é uma grande oportunidade para dar ao homem maior poder de ser livre, conhecedor de seu potencial, de ser alguém que interfere para o bem da sociedade.

Segundo Nogueira (2011), não há registros precisos sobre a criação da EaD no Brasil. Alves (2009) afirma que, estudos realizados pelo IPEA, mostram que, pouco antes de 1900, já existiam anúncios em jornais do Rio de Janeiro que ofereciam cursos profissionalizantes de datilografia, ministrados por professoras particulares. Alguns autores afirmam que a primeira experiência oficial foi em 1904, a partir da implantação das Escolas Internacionais, que representaram organizações norte-americanas, a EaD brasileira seguiu o movimento internacional, com a oferta de cursos por correspondência. Em decorrência das dificuldades relativas ao uso dos correios, o ensino por correspondência não recebeu incentivo público.

Gouvêa e Oliveira (2006) destacam que a primeira iniciativa brasileira de EaD ocorreu com a utilização do rádio na criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por Edgar Roquette-Pinto, em 1923. Em 1936, esta rádio tornou-se a Rádio Ministério da Educação e Cultura, com caráter educativo e cultural. Já no ano de 1939, o Instituto Universal Brasileiro passou a ofertar seus cursos por correspondência.

A iniciativa da Rádio Ministério da Educação e Cultura, de fato, se constitui parte da iniciativa do Ministério da Educação, criado em 1930, de promover a educação para a formação profissional que o modelo industrial e de desenvolvimento, adotado pelo Estado brasileiro, passou a requerer.

Como iniciativa de ampliação do acesso à educação na década de 1960, o Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado para promover cursos de alfabetização por meio de um projeto radiofônico, marco da EaD não formal no Brasil. O MEB utilizou um sistema radioeducativo para a democratização do acesso à educação, promovendo o letramento de jovens e adultos.

Já na década de 1970, outras iniciativas podem ser destacadas. O Projeto Minerva, que objetivava promover, então, o ensino primário até o ginásio, era veiculado pela Rádio MEC e

complementado por material impresso. Com a inserção do recurso da TV, a Fundação Roberto Marinho, na mesma década, promoveu educação supletiva a distância para os antigos primeiro e segundo graus<sup>2</sup>, utilizando-se da TV, rádio e material impresso, para o desenvolvimento do Telecurso 1º e 2º Graus.

As iniciativas em EaD nas décadas de 1960 e 1970 também colaboraram para o processo de industrialização brasileiro, quanto tornou-se necessário a adoção de padrões internacionais de produção nacional, inclusive na utilização de tecnologias modernas. Conforme discutido anteriormente, a Lei da Reforma Universitária – Lei 5.540/68 e a Lei nº. 5.692/71 reforçaram a profissionalização e o benefício da economia nacional por meio da qualificação de pessoal, com vistas ao crescimento econômico do país.

Aqui, cabe destacar que, segundo Saviani (2007), esse contexto de crise capitalista, na década de 1970, reforçou a idéia da contribuição da educação escolar, junto à formação de trabalhadores, para o processo econômico-produtivo, característico da teoria do capital humano. Tendo como função inicial a formação para o mercado, a teoria do capital humano subsidiou a concepção produtivista na educação brasileira.

Desta forma, percebe-se que o surgimento da EaD no Brasil acompanhou as mudanças estruturais do Estado brasileiro, sobretudo no âmbito econômico, enfatizando as políticas educacionais para a qualificação profissional do processo de industrialização brasileira.

Neste cenário, a EaD representa mais uma oportunidade para a formação de pessoas que - talvez por outras situações de vida antes impeditivas para cursar ambientes presenciais – podem buscar qualificação técnica para atuarem no mercado de trabalho, cada vez mais exigente e competitivo. Além disso, a EaD representa um marco educativo na capacidade de desenvolvimento do educando em relação a autonomia e responsabilidade social.

O modelo da EaD flexibiliza, não só as formas de abordagem avaliativas, mas também o modo como os educandos aprendem e se dedicam aos seus estudos, com vistas ao crescimento e amadurecimento teórico (Behar, 2007).

A reconstrução do ambiente de aprendizagem se dá através de situações tecnológicas mais avançadas cujo foco está nos interesses do estudante, seu modo de ser e agir e suas relações com os grupos aprendizes. A troca de informações tidas nas interações coletivas, mesmo à distância, promove o crescimento pessoal e aguçam a curiosidade científica,

---

<sup>2</sup> Correspondentes, respectivamente, ao ensino fundamental e ensino médio, conforme a Lei nº. 9.394/96.

consolidando o aprendizado a partir das atividades realizadas nos modelos pedagógicos disponíveis no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) característico de cada curso.

Este modelo em gestação facilita o desenvolvimento de uma sociedade mais madura em relação ao posicionamento crítico e consciente de seu papel cidadão, fomentando efetivamente a tomada de decisão positiva em relação à problemática da vida individual e coletiva, com maior responsabilidade e ética. As várias concepções de aprendizagem disponíveis no meio educacional também colaboram para este macro desafio assumido pela educação.

O presente estudo busca investigar como a Educação a Distância (EaD), através da promoção da autonomia educativa dos educandos, é capaz de formar cidadãos autônomos e responsáveis socialmente, tendo como método de trabalho o estudo bibliográfico.

Como objetivo geral, buscou-se analisar a bibliografia produzida sobre a EaD com vistas a verificação dos fatores principais por ela produzidos para que a autonomia do educando seja fomentada e sua relação com a formação cidadã responsável. Investigou-se, tendo como objetivos específicos, definir o que seja uma formação cidadã e responsabilidade social; e quão importante seja o incentivo via EaD para uma postura autônoma que resulte efetivamente numa vida voltada para a cidadania e responsabilidade social.

A educação tradicional, tida como marco fundamental no período de ditadura militar no Brasil, até hoje busca a formação do educando através da assimilação de conteúdos utilizando como metas a memorização e a prática de exercícios repetidos. Os conteúdos ainda são vistos por grande parte de professores e diretores de escolas de todos os níveis como um objetivo a ser alcançado até o término do ano letivo. O educando, por sua vez, deve demonstrar através das avaliações, que assimilou os conteúdos sendo capaz de reproduzi-los. Há uma reprodução de matérias que, por muitas vezes, ficam soltas do contexto social do educando, uma vez que não formam a consciência crítica, a auto-avaliação do aprendizado e a autonomia. Neste sentido, o ser que está sendo educado não recebe o incentivo por entender o que seja aprender como se aprende e, sequer, é respeitado como indivíduo inconcluso dentro do contexto escolar. Freire (1996) escreve que não basta apenas seguir manuais conteudistas que levam à repetição de conceitos científicos aparentemente inaplicáveis à vida cotidiana, mas sim, promover eticamente uma valorização do educando como único e inconcluso, capaz de se desenvolver para efetivamente deixar seu legado em prol da sociedade, através da sua autonomia e responsabilidade. Percebe-se, no entanto, que uma lacuna se apresenta no meio educacional brasileiro, onde a grande maioria dos professores ainda pensa em dar conta dos seus conteúdos no final do ano letivo. Uma formação diferenciada se faz necessária

imediatamente e é o que se procura, neste trabalho, comprovar através do método EaD, que dispõe de uma fórmula eficaz para tanto.

## 1 Formação Cidadã

Há uma grande responsabilidade na educação, no que diz respeito à formação integral do indivíduo, com vistas a não só compreender conteúdos das diversas ciências, mas também orientar, conduzir, oferecer meios de crescimento, demonstrar aplicabilidade dos conceitos na vida prática, permitir o aprimoramento pessoal específico de cada pessoa que aprende.

Ademais, educar é também preparar o ser humano para a cidadania, não só àquela que se relaciona ao voto na eleição de representantes políticos como se costuma pensar, mas sim voltada para a ética, para a ação prática e consciente em sociedade. Para Thomaz, L. & Oliveira (2009), a vivência da cidadania ocorrida no ambiente escolar deve ser fomentada constantemente pelos educadores. A evolução do educando através dos vários níveis escolares até os mais altos graus acadêmicos o coloca, desta forma, num patamar de fazer a diferença em sociedade. Além do educador, principal profissional voltado a formação de cidadãos, todos os demais devem estar preocupados essencialmente com o crescimento dos educandos com vistas a promover as mais diversas situações cotidianas para ser aprender a exercitar a ética, a participação pública, o bem estar particular e coletivo. Num viés muito mais amplo e complexo, a formação cidadã deve ser baseada numa,

[...] pedagogia que se caracteriza como uma teoria da formação humana do ser humano. Isso supõe uma teoria da transformação da sociedade (reinvenção da emancipação humana), portanto, uma teoria da ação coletiva que se especifica ao interagir com os fenômenos educativos, transformando-os e sendo re-elaborada (SOUZA, 2007, p. 183.)

Sugere Souza, uma espécie de dialética formativa que pressupõe o redescobrimto permanente do ser humano como tal, sendo ele primordial para a transformação da sociedade através da educação reinventada e re-elaborada com foco totalmente humano: do humano, para o humano como o humano.

Assim, uma abertura à coletividade se dá, possibilitando ao educando ser curioso, crítico, ter opinião própria, senso político e consciência da inconclusão, chamado por Freire de relação dialógica. Ele escreve:

[...] testemunhar a abertura aos outros, a disponibilidade curiosa à vida, a seus desafios, são saberes necessários à prática educativa. [...]. A razão ética da abertura, seu fundamento político, sua referência pedagógica; a boniteza que há nela como viabilidade do diálogo. O sujeito que se abre ao mundo e aos outros inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma

como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História. (FREIRE (1996, p.153.)

Estar em condição de buscar o conhecimento e aplicá-lo à vida pessoal e da sociedade como experiência vivenciada nas diversas situações concretas tanto na vida educativa nos bancos escolares, quanto na carreira profissional, no mercado de trabalho, na família, etc. Neste sentido, o ser humano passa de mero instrumento de manipulação ou sobrevivente dos modos de produção históricos, para detentor do saber que liberta, que quebra paradigmas, que promove a igualdade, reduzindo as diferenças sociais e propagando a felicidade e bem estar coletivos. Eis um dos grandes desafios para a formação cidadã, evitar a ignorância em grande escala, combater o analfabetismo. Por que

A ignorância é uma forma atual de escravidão. É uma doença que cega, paralisa [...]. O analfabetismo e a falta de instrução educacional e profissional mantêm as castas sociais, aumentam o fosso da má distribuição de renda, preservando ricos e proletários, suseranos e servos, poderosos e humildes [...] O direito à educação é pedra angular da formação e capacitação do povo. (POMPEU, 2005, p.17.)

Paradigmas há muito tempo tidos na sociedade moderna e contemporânea, a formação de cidadãos ainda passa por grandes combates políticos partidários, onde o interesse pessoal e das siglas está em jogo. Produzir seres que não pensam talvez ainda seja vantajoso para um país em desenvolvimento. Cenários como o grande desinteresse pela política, onde sempre os mesmos candidatos se apresentam como opção ou até mesmo os seus descendentes, tornam o povo incrédulo no sentido de estarem abandonando o fervor por uma vida pública mais justa e solidária para com todos. Percebe-se, muitas vezes, que as ações promovidas em sociedade somente passam por jogadas de marketing com vistas à reeleição, o que o povo segue sedento de segurança, saúde, educação de fato, lazer, cultura. A educação, como uma das principais responsáveis pela mudança social e conseqüentemente humana continua sendo tratada como laboratório social. Sabe-se, contudo, que é por ela que se trará atitudes sadias, para o bem comum, para a coletividade (Ferreira, 2007).

Talvez, assim, se possa explicar uma desconectividade de fatores provocada atualmente pelos representantes das siglas da política partidária do país. A falta de ética, observada pela ganância, opressão, corrupção e falta de honestidade veiculada publicamente e sem nenhum receio; a educação como sendo uma necessidade iminente e carente de investimentos maciços em todas as instâncias do país e todos os graus de instrução, preparando efetivamente o indivíduo para se tornar dono de si e promotor do bem comum; o gosto pela política, perdido pela desilusão para com os governantes eleitos que não se renovam, não apresentam atitude cidadã e estão vinculados essencialmente a siglas que

buscam a todo o custo o poder de diversas formas, não dando condições mínimas para se gostar de fazer política. As três variáveis (educação, ética e política) citadas por Ferreira (2007) que se demonstram, na prática brasileira, arruinadas e que podem ser elementos primordiais para a recuperação da sociedade e também dos seres humanos como cidadãos no mais profundo entendimento.

## **2 Responsabilidade social e cidadania**

Ser cidadão está relacionado com ser responsável socialmente. Cada indivíduo, através de sua produção – econômica, cultural, educacional, artística – colabora de alguma forma para o bem comum, deixando uma marca, um legado positivo para seus semelhantes. Atualmente, muito se discute acerca de ser cidadão, tal a noção de cidadania mundial que publicamente pode ser percebida nos mais diversos meios de comunicação. Não se é apenas cidadão brasileiro, argentino, chileno, etc., mas sim cidadão do mundo.

Segundo Guimarães (1997), a ideia de cidadania perpassou um longo caminho até ser compreendida atualmente, como sendo arcabouço de direitos e deveres que um indivíduo é submetido em sociedade. A História apresenta as diversas nuances da cidadania durante a vida humana e configura seu entendimento ao longo destes muitos anos.

De acordo com o COREN (2012), muitas mudanças ocorreram durante a história da cidadania. O termo sofreu mutações e, atualmente, abarca uma série de conceitos voltados para o homem em sociedade. Toda relação social está amparada por direitos e deveres e a ideia de cidadania remete ao conhecimento destes. Cumprir deveres é nada mais, do que exercer também uma cidadania vista como exercício humano em uma coletividade. Além do aparato legislativo recebido com o aperfeiçoamento do termo cidadania, ampliou-se também sua abrangência, cobrindo outros aspectos da existência humana.

Construir um ser humano cidadão pode ser muito mais complexo do que se pode imaginar. Não apenas como assistencialismo ou trocas de favores, uma cidadania efetiva é fomentada valorizando cada ser humano como único, demonstrando as diversas situações coletivas que podem surgir, tendo como fator norteador o bem comum, a felicidade humana, o bem estar coletivo. Este processo poderá ser praticado tendo uma escola forte, promotora da igualdade, formadora de indivíduos autônomos, auto-suficientes, mas, sobretudo humanos, preocupados com as minorias.

O que denominamos de “construção da cidadania” é um valor cultural da modernidade, que tem uma dimensão ética e outra política. A democracia e seu correlato - a cidadania – têm se colocado na contemporaneidade diante

de um aparente paradoxo: surge enquanto um princípio universal e, ao mesmo tempo, como um anseio de autodeterminação das minorias. Isto exige uma resolução através de um processo dialógico que contemple a diversidade (especificidades das minorias) e o princípio universal da igualdade. (BATISTA 2003, p. 1)

Além da coletividade, a cidadania quer referir-se a construção de uma individualidade ampla, coerente, digna, completa. Há a necessidade de se pensar o ser humano como multidimensional, inter, trans e multi relacionado com o ambiente externo, a si e também com os indivíduos a sua volta. A educação, como construtora da cidadania, deve empenhar-se na busca da excelência nos mais diversos níveis de ensino, condicionando e dando instrumentação para seres conscientes e disseminadores de idéias que levarão a sociedade para patamares mais justos, fraternos e igualitários.

Para o MEC (2007), a cidadania e a responsabilidade social andam juntas. Não é possível se falar de uma sem citar a outra, já que atuar como cidadão autônomo, consciente de seus atos, conhecedor do arcabouço legislativo e promotor do bem social também resulta em ser responsável socialmente. Uma formação cidadã relaciona-se diretamente com o ser responsável com o outro. Uma educação que compreende o realizar tarefas desconexas, dar conta de conteúdos ou assinalar a alternativa correta nas avaliações sequer dará condições para a formação cidadã. As condições necessárias para se atuar responsabilmente em sociedade são fornecidas pela vivência em situações cotidianas construídas através da prática em sala de aula ou na vida pessoal. A EaD é uma possibilidade de futuro para a construção de cidadãos responsáveis, já que seu público alvo condiz com o perfil de autonomia, disciplina, dedicação e interesse no aprendizado, independente do curso, do nível ou das condições individuais do estudante.

### **3 A autonomia na EaD**

A Ead, como futuro da educação e potencial para a formação de seres humanos autônomos em sociedade, exercendo sua cidadania efetiva e tendo ampla consciência do que seja realmente o bem comum social, deve ser uma modalidade em permanente atualização, principalmente porque está vinculada estritamente às tecnologias que mudam constantemente e atualizam-se conforme as recentes descobertas científicas, dos meios de comunicação e interação humana. Além disso, a EaD deve, sobretudo, preocupar-se com o aprendizado eficaz do educando, a evolução antropológica, sociológica, pedagógica e psicológica as quais a sociedade passa durante a passagem dos tempos históricos. Em relação a qualidade de um curso a distância e sua relação com a formação da autonomia do estudante, pode-se definir

que todo o aparato necessário para a operação e gestão da EaD deve estar voltada para a facilidade de manuseio, interação, estímulo constante e proximidade tecnológica.

Desta forma, podemos afirmar que o sucesso de um curso a distância, na formação de seus alunos é diretamente proporcional à sua qualidade pedagógica. E no caso específico dos materiais didáticos, temos que a qualidade pedagógica não esta somente no sentido da forma, do conteúdo e do alcance dos objetivos, mas, fundamentalmente, na possibilidade de utilização de materiais interativos, estimulantes, compreensíveis e atraentes que conduza o aluno a autonomia no estudo que torna-se possível através das ferramentas tecnológicas. (ALVES 2011, p. 4)

Entretanto, além da imersão qualitativa nos recursos tecnológicos e acadêmicos da EaD, o educando também deve dar sua contribuição em relação à capacitação para a autonomia, quando deve estar preocupado constantemente com sua autoavaliação e busca consciente do aprendizado, tendo como auxílio o professor, o tutor, os materiais do curso, enfim toda a estrutura organizada para lhe prestar o mais amplo amparo durante seus estudos. Assim, a realização de avaliação, prevista na legislação pertinente da EaD - além de ser realidade das instituições de ensino superior, dos gestores, professores, colaboradores em geral - também é responsabilidade do educando, quando voltada para seu crescimento pessoal.

A avaliação do aluno planejada e executada pelo professor dever ser somada à autoavaliação com o objetivo de auxiliar o estudante a buscar autonomia, responsabilidade, espírito crítico e independência intelectual. É importante também que os cursos sejam constantemente avaliados em relação aos professores, currículo, material, orientação pedagógica, tutoria e suporte tecnológico. (SOUSA 2011. p. 2.)

O desenvolvimento de atitudes acadêmicas na modalidade EaD, em todos os níveis de aprendizado, além das propostas de formação específica nas mais diversas áreas do conhecimento, também favorece o surgimento de pessoas capazes de praticarem a autogestão nas mais diversas situações de vida.

Por outro lado, as novas tecnologias surgidas para diversas situações de vida, além de terem aplicações específicas, também podem ser adaptadas para a EaD, possibilitando a utilização de recursos tecnológicos de interação, exercício e formação ampla do educando. Dessa forma, potencializa-se principalmente a interação com as diversas situações de aprendizagem a distância, formando um estudante apto a buscar o conhecimento e enriquecê-lo a partir do incentivo ao interesse (Azevedo 2011).

Muitas vezes, os cursos oferecidos pelas IES não possuem tantos recursos para serem ofertados ao mercado. Neste sentido, há a necessidade iminente da criação de um aparato tecnológico para cada curso que fomente essencialmente a autonomia. Em EaD a autonomia é uma das variáveis mais importantes, uma vez que se o educando não tem iniciativa e

autonomia para querer perseverar com seus estudos, pouco se poderá fazer para persuadí-lo. A autonomia, dessa forma, seria um ponto forte que valoriza o estudante e este sente-se livre com potencial para ganhar sabedoria e curiosidade a partir dos estudos em EaD. Benedetti frisa esta necessidade no investimento da autonomia:

A falta de recursos, por exemplo, exige a implantação de estratégias pedagógicas que possam suprir as demandas de ensino/aprendizagem, uma limitação de recursos para equipe técnica, cria necessidade de um sistema mais simplificado. E como compensar isso? Uma solução seria o desenvolvimento de um design instrucional que garantisse maior autonomia ao aluno. (BENEDETTI 2012, p. 3.)

Segundo a autora ainda, para garantir o bom desempenho dos educandos e fornecer ferramentas que sustentem sua autonomia de aprendizagem, as estratégias pedagógicas correspondem a um elemento também fundamental. Muitos estudos no campo do design instrucional vêm se desenvolvendo, podendo-se afirmar que uma didática da Educação a Distância está em construção, seu papel é sistematizar os conhecimentos da área e organizar técnicas e metodologias de ensino estruturadas, além de consolidar teorias de aprendizagem na educação a distância. Ao se deparar com um modelo que exige do educando maior autonomia, o estudante percebe que possui também maior responsabilidade por sua aprendizagem (Idem. p. 7).

Além da responsabilidade, as metodologias utilizadas para a EaD devem estar preocupadas com o ritmo de cada estudante, visto que cada um desenvolve situações próprias para exercitar e assimilar os conteúdos desenvolvidos. As diferenças individuais devem estar contempladas mesmo na EaD, onde o fator espaço é um agravante, mas não deve comprometer a operacionalidade educativa do método (Carneiro 2012).

Alves (2011 p. 8) também escreve sobre as especificidades da aprendizagem que cada estudante possui, reflete sobre a autonomia e intervenção do professor em diferentes níveis. A construção do conhecimento via EaD considera a potencialização de alguns elementos por um lado, que compensa a escassez de outros – como o fator distância entre agentes:

Cada pessoa tem características específicas de aprendizagem. Alguns conseguem ter mais autonomia na construção do conhecimento, mas outros necessitam de uma intervenção maior do professor. Na modalidade a distância, o aluno é levado a construir seu conhecimento através da motivação em querer aprender. Um dos grandes desafios da EaD é manter o aluno interessado, motivado e envolvido no compromisso de construir seu conhecimento. Esses desafios podem ser superados a partir da interação do aluno com os professores e tutores, que acabam quebrando as barreiras da distância.

O fato de que a autonomia representa fator preponderante no ensino via EaD é uma realidade. Ademais, seu processo educacional através de tecnologias modernas insere o educando numa realidade em permanente atualização que, em médio e longo prazo, forma a postura cidadã reflexo da maturidade adquirida no EaD através da auto-gestão, da liberdade do indivíduo, da livre escolha pelos conteúdos formativos e das linhas teóricas que mais atraem o educando tendo ele domínio sobre sua curiosidade e saciedade teórica, além de conduzir o estudante ao planejamento de seus estudos através da criação de técnicas de aprendizagem mais apropriadas para a sua realidade, tendo sua individualidade respeitada, sobretudo.

Roesler (2011) explicita, neste viés, as dimensões da autonomia segundo Otto Peters quando a dimensão filosófica busca sua explicação no pensamento Kantiano, no qual a liberdade do ser humano é conquistada a partir da plena consciência de suas ações. Na dimensão pedagógica, a autonomia acontece quando os seres humanos não são objetos de condução no processo ensino-aprendizagem, mas sujeitos da sua própria educação. A dimensão didática acontece no reconhecimento, pelos estudantes, de suas necessidades de estudo, quando eles planejam e avaliam estratégias para o cumprimento dos objetivos da sua aprendizagem.

A melhoria da qualidade da educação voltada para o futuro com inovação, oferecimento de cursos voltados para as mais diversas realidades regionais e individuais e com aperfeiçoamento tecnológico constante já surge como proposta frágil. A necessidade iminente de uma modalidade centrada na autonomia que busque o crescimento cognitivo além dos conteúdos científicos, incentivando o raciocínio crítico, a auto-gestão do aprendizado e, muito mais do que isso, a autonomia humana como manifestação da cidadania efetiva para o bem comum social é fato. A EaD representa, sobretudo, modalidade que se desenha mais preparada atualmente para desempenhar o papel educativo completo. Algumas variáveis devem ser constantemente revisadas e o planejamento é elemento primordial para uma boa oferta de cursos. Além disso, todos os níveis hierárquicos da IES devem estar comprometidos com a EaD, provendo de todas as formas e da melhor maneira as necessidades que surjam. Assim, num futuro próximo, se possa vislumbrar os frutos da EaD através de uma sociedade mais justa, fraterna e autônoma.

### **Considerações Finais**

Há tempo, a educação presencial vem cumprindo o papel de formadora de pessoas, tendo como objetivo o cumprimento de tarefas e verificações do aprendizado teórico/prático

através de avaliações, nem sempre condizentes com uma formação cidadã, autônoma e responsável socialmente. Educar é preparar o ser humano para a cidadania que consiste na ética, participação, realização pessoal e profissional (THOMAZ, L. & OLIVEIRA, 2009).

A vivência da cidadania deve ser exercício no ambiente escolar e fomentada constantemente pelos educadores. O crescimento do educando através dos vários níveis escolares até os mais altos graus acadêmicos o coloca, desta forma, num patamar de fazer a diferença em sociedade, exercitando a ética, a participação pública, o bem estar particular e coletivo (SOUZA, 2007).

Além do exercício da cidadania, a reflexão individual para uma abertura à coletividade deve ser provocada, incentivando o educando a ser curioso, crítico, ter opinião própria, senso político e consciência da inconclusão (FREIRE 1996).

Deve-se incitar a busca pelo conhecimento e sua aplicabilidade à vida pessoal e da sociedade como experiência vivenciada nas diversas situações concretas tanto na vida educativa nos bancos escolares, quanto na carreira profissional, no mercado de trabalho, na família, etc. O ser humano passa de mero instrumento de manipulação para detentor do saber que liberta, que quebra paradigmas, que promove a igualdade, reduzindo as diferenças sociais e propagando a felicidade e bem estar coletivo (POMPEU, 2005).

Ser cidadão está relacionado com ser responsável socialmente. Cada indivíduo, através de sua produção – econômica, cultural, educacional, artística – colabora de alguma forma para o bem comum, deixando uma marca, um legado positivo para seus semelhantes. Atualmente, muito se discute acerca de ser cidadão, tal a noção de cidadania mundial que publicamente pode ser percebida nos mais diversos meios de comunicação. Não se é apenas cidadão brasileiro, argentino, chileno, etc., mas sim cidadão mundial (GUIMARÃES, 1997).

A EaD representa, neste sentido, o futuro da educação e potencial para a formação de seres humanos autônomos em sociedade, exercendo sua cidadania efetiva e tendo ampla consciência do que seja realmente o bem comum social, principalmente porque está vinculada estritamente as tecnologias que mudam constantemente e atualizam-se conforme as recentes descobertas científicas, dos meios de comunicação e interação humana. Além disso, a EaD preocupa-se com o aprendizado eficaz do educando, a evolução antropológica, sociológica, pedagógica e psicológica as quais a sociedade experiencia nos diferentes tempos históricos.

O desenvolvimento de atitudes acadêmicas na modalidade EaD, em todos os níveis de aprendizado, além das propostas de formação específica nas mais diversas áreas do conhecimento, também favorece o surgimento de pessoas capazes de praticarem a autogestão nas mais diversas situações de vida (AZEVEDO, 2011).

As especificidades da aprendizagem que cada estudante possui devem convergir para a construção da autonomia. Para tanto, os professores e tutores devem estar preocupados com a interação, sobretudo quando proposta para superação de desafios (ALVES, 2011).

A autonomia representa fator imprescindível na EaD. Fomentar através dos mais diversos recursos tecnológicos e humanos um aprendizado completo e voltado para a superação de problemas tanto na vida pessoal, como profissional ou social é papel de uma educação do futuro. A EaD se desenha como proposta para isto. Nela se percebe a postura cidadã reflexo da maturidade adquirida através da auto-gestão, da liberdade do indivíduo, da livre escolha pelos conteúdos formativos e das linhas teóricas que mais atraem o educando tendo ele domínio sobre sua curiosidade e saciedade teórica, além de conduzir o estudante ao planejamento de seus estudos através da criação de técnicas de aprendizagem mais apropriadas para a sua realidade, tendo sua individualidade respeitada, sobretudo (ROESLER, 2011).

A EaD representa um salto na qualidade da educação voltada para o futuro tendo inovação, oferecimento de diversas possibilidades de cursos para as mais diversas realidades regionais e individuais. Seu método de ensino compreende uma modalidade centrada na autonomia que busca o crescimento cognitivo além dos conteúdos científicos, incentivando o raciocínio crítico, a gestão individual do aprendizado e, muito mais do que isso, a autonomia humana como manifestação da cidadania efetiva para o bem comum social. Talvez, através da EaD, possa se começar a desenhar a concretização do sonho por uma sociedade mais justa, autônoma e feliz.

## Referências

ALVES, C. **Propostas Metodológicas e Uso das Tecnologias em EaD**. Diretoria de Extensão e Pós-Graduação. Anhanguera Educacional, 2011.

ALVES, C. **Desenvolvimento de atividades de aprendizagem eficientes**. Departamento de Extensão e Pós-Graduação. Valinhos, SP: Anhanguera Educacional, 2011

ALVES, J. R. **A história da EaD no Brasil**. In: LITTO, Fredric; FORMIGA, Marcos. *Educação a distância*. O estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

AZEVEDO, A. B. **Tutoria em EAD**. Departamento de Extensão e Pós-Graduação. Valinhos, SP: Anhanguera Educacional, 2011.

BATISTA, M. **Educação e movimentos sociais: a construção da cidadania**. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO NORTE E NORDESTE, 16, 2003, Sergipe: UFSE, 2003 . CD

BEHAR, P. A. et al. **Modelos Pedagógicos em educação a distância: pressupostos teóricos para a construção de objetos de aprendizagem.** Disponível em: <http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo10/artigos/4bPatricia.pdf> Acesso: 14/08/2012.

BENEDETTI, C. **A educação a distância como opção: os aspectos da gestão.** Diretoria de Extensão e Pós-Graduação. Anhanguera Educacional, 2012.

BRASIL. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm) Acesso: 14/08/2012.

BRASIL. Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm) Acesso: 14/08/2012.

BRASIL. Decreto n. 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nºs 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec6303.htm> Acesso: 14/08/2012.

CARNEIRO, L. **Gerenciamento de Cursos EaD.** Valinhos, p. 7, 2012. Disponível em: <http://anhanguera.com>. Acesso em: 01/02/2012.

COREN - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM. **Guia de cidadania.** Disponível em: [http://inter.coren-sp.gov.br/sites/default/files/guia\\_cidadania.pdf](http://inter.coren-sp.gov.br/sites/default/files/guia_cidadania.pdf) Acesso: 12/07/2012

FERREIRA, B. J. **A Formação ética e cidadã: um imperativo contemporâneo, um campo fecundo da educação.** Disponível em: <http://www.unicamp.br/fea/ortega/NEO/texto-BeatrizJansen.pdf> Acesso: 12/07/2012

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOUVÊA, G.; OLIVEIRA, C. **Educação a distância na formação de professores: viabilidade, potencialidades e limites.** Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual de proteção escolar e promoção da cidadania. Sistema de proteção escolar.** Secretaria da Educação. Disponível em: [http://file.fde.sp.gov.br/portalfde/Arquivo/protecao\\_escolar\\_web.pdf](http://file.fde.sp.gov.br/portalfde/Arquivo/protecao_escolar_web.pdf) Acesso: 12/07/2012

GUIMARÃES, V. M. **Estado e cidadania.** In: GIRON, L. S. (org.) Refletindo a cidadania: Estado e sociedade no Brasil. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

LITTO, F. M. e FORMIGA, M.(org.). **Educação a distância: o estado da arte.** São Paulo: Pearson Education, 2009.

MEC- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade.** Secretaria da Educação Básica. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica, 2007. Disponível em:  
<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015509.pdf>. Acesso: 12/07/2012

MEC- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Portaria Normativa no- 1, de 10 de janeiro de 2007.** Disponível em: <http://www.cpa.uem.br/Download/26jun4-PORT%201-07-MEC.pdf> Acesso: 14/08/2012

NOGUEIRA, D. X. P. **Educação a distância no Brasil: uma análise histórica das políticas educacionais brasileiras.** Disponível em  
[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/\\_files/ZjWcalx9.doc](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/ZjWcalx9.doc)  
Acesso: 14/08/2012.

POMPEU, G. **Direito à educação: controle social e exigibilidade judicial.** Rio de Janeiro: ABC Editora, 2005.

ROESLER, J. **Os parâmetros legais para uma educação a distância de qualidade.** Diretoria de Extensão e Pós-Graduação. Anhanguera Educacional, 2011.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

SOUSA, T. C. **O Processo de Avaliação em Ead.** Departamento de Extensão e Pós-Graduação. Valinhos, SP: Anhanguera Educacional, 2011.

SOUZA, J. **E a educação popular: Quê? Uma pedagogia para fundamentar a educação, inclusive escolar, necessária ao povo brasileiro.** Recife: Bagaço, 2007.

THOMAZ, L. & OLIVEIRA, R. de C. **A educação e a formação do cidadão crítico, autônomo e participativo.** Disponível em:  
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1709-8.pdf> Acesso: 12/07/2012.